

AMAZÔNIA BRASILEIRA: OCUPAÇÃO E POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Invariavelmente, o tema Amazônia tem chamado a atenção da comunidade acadêmica e do grande público pelas tragédias humanitárias e ambientais. A propósito, desde os anos 1960, predominam as dinâmicas econômicas que causam saques e degradação ambiental, desterritorializam povos e promovem migrações forçadas, pobreza e urbanização precarizada em todos os estados da região.

A Amazônia, com sua diversidade territorial, biológica e sociocultural, deve ser considerada no plural – como Amazônia. Uma região do Brasil que fala mais de 180 línguas, que abriga em seus territórios comunidades autóctones, migrantes e imigrantes de várias partes do mundo (Europa, África, Ásia e Américas), chama a atenção também pela sua sociodiversidade. Os artigos reunidos neste Dossiê nos levam a conhecer um pouco das dimensões imateriais e reafirmam a necessidade de estudos que contribuam para visibilizar os povos e saberes das Amazônia.

Para além do reducionismo economicista de valorização pelos ativos mais conhecidos e de rentabilidade financeira imediata (minérios, madeira, pescado e solos), a região é formada por um leque muito amplo de riquezas ecológicas, culturais, históricas, arqueológicas, paisagísticas e de crenças religiosas desconhecidas dentro da própria região. As riquezas imateriais não representam valores monetários do mercado de ativos estabelecido. Isso as torna dispensáveis na lógica usual da economia.

No âmbito da cultura são vários os escritores, compositores, poetas e historiadores amazônicos de reconhecido valor. Mas, estamos muito distantes do ideal de estudos e publicações que expressem o trabalho, inclusive intelectual, dos povos originários, das populações e comunidades tradicionais que adotam o letramento como expressão. Mesmo com o acesso de indígenas à educação básica e superior, nas últimas décadas temos poucos intelectuais de povos originários se expressando nas linguagens e usando as formas de registro de conhecimentos hegemônicas.

A escrita, inclusive a literária, o audiovisual e as mídias ainda são campos de domínio das sociedades urbanas culturalmente integradas, no sentido marcusiano. As grafias são artes e meios de expressão de domínio de vários povos indígenas, muitas delas são apropriadas por outros e fogem do controle de seus autores. Assim como são fugidias e voláteis as vivências individuais e coletivas não documentadas e, por isso, a-históricas, que ocorreram nos contextos das mudanças impostas às sociedades locais.

A presente edição traz cinco artigos que refletem distintas realidades, personagens e sistemas de vida e de crenças das Amazônia. A pintura corporal Wajãpi, reconhecida como patrimônio imaterial do povo indígena do estado do Amapá, é discutida no artigo “O uso da proteção do desenho industrial como forma de apropriação dos grafismos indígenas Wajãpi”, pelas autoras Patrícia Pereira Peralta e Juliane Pereira Ranzemberger Gomes, ambas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, Brasil). O artigo mostra que tal reconhecimento poderia proteger saberes tradicionais e evitar possíveis expropriações dos grafismos, os quais além de expressões artísticas, são signos culturais e religiosos na cosmologia Wajãpi. No entanto, demonstra-se que o uso do desenho industrial, como parte dos direitos de propriedade intelectual, de acordo com o marco normativo vigente, é inaplicável para garantir a proteção de uso dos grafismos dos Wajãpi.

Na discussão das razões dessa falta de aplicabilidade apontam-se, em especial, as diferenças entre a lógica e os objetivos da pintura corporal e aquela que orientou a criação e a definição do sistema de propriedade industrial. O que demonstra que as especificidades das autorias e artes indígenas foram ignoradas na formulação da legislação de proteção de direitos e que há urgência em fazê-lo.

Aspectos da cosmologia Yanomami são abordados no artigo “O jabuti e a queda do céu: mimesis, memória e performance yanomami”, de John C. Dawsey, do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP, Brasil). O artigo nos apresenta aspectos das representações miméticas Yanomami, relacionadas a espiritualidades ameríndias, num diálogo com o Xamã Davi Kopenawa.

O mundo Yanomami, aqui reportado, a partir do diálogo com um líder espiritual desse povo indígena, mostra os humanos como parte da natureza e como essa transcendência está tão distante da percepção e das cosmovisões do mundo moderno ocidental. Assim, o autor nos reporta que

Por meio de uma ação mimética, a performance ameríndia aciona os sujeitos da floresta. A chegada dos xapiri, que mobiliza os seres da floresta numa performance dos seus corpos, ou pontos de vista, se apresenta como uma manifestação de sua verdade mais profunda: são seres humanos, filhos de Omama. Tornando-se outros, xamãs em performance se manifestam como revelações humanas dos seres da floresta.

O artigo “Ecos de resistência: Tambores matriarcais do grupo de Carimbó Sereia do Mar da Vila Silva em Marapanim, no Pará”, de autoria de Elison Antonio Paim, Sil Lena R. C. Oliveira e Roberta Pinheiro Mendes, da Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil), nos apresenta as memórias de mulheres mestras do Carimbó, pertencentes a uma comunidade tradicional de Marapanim, estado do Pará, município onde nasceu o grande Mestre Verequete, difusor do Carimbó.

O trabalho é rico em depoimentos que permitem um mergulho na cultura das comunidades rurais do litoral Atlântico do Pará. Os autores nos apresentam “mulheres que dividem o tempo entre o trabalho na roça e os batuques do carimbó, ensaiado e apresentado tanto nas localidades do município de Marapanim como na capital Belém e em outros municípios paraenses, esticando até outros Estados”. Vale a pena ler os fragmentos de falas, ricos em vivências.

É também sobre memória de comunidades tradicionais, o artigo intitulado “A memória dos ‘atingidos’ pela hidrelétrica de Tucuruí (Pará, Brasil)”, de José Carlos Matos Pereira, do programa de Memória dos Movimentos Sociais no Colégio Brasileiro de Altos Estudos (MEMOV/CBAE/UFRJ, Brasil). O autor reúne e analisa a documentação das lutas de comunidades rurais do rio Tocantins, na resistência à construção da barragem, dando voz aos personagens invisibilizados no período da ditadura militar. Memórias de fatos e modos de operar que se repetem em novas barragens em construção na Amazônia.

As consequências da desterritorialização das comunidades locais em função da construção de barragens de grande escala, na Amazônia, são invariavelmente dramáticas para sociedades e natureza. O autor apresenta excertos de memória do caso de Tucuruí, como o que expressa reivindicações básicas: “(a) Dar a cada beiradeiro uma casa igual, ou melhor, do que a dele, - na sede nova. (b) Dar a cada beiradeiro uma roça igual, ou melhor do que a dele, - nos arredores da sede nova. (c) Indenizar cada um pelas despesas de mudança. (d) Sustentar cada família pelo prazo de um ano, visto que esta vai perder uma safra, por causa da mudança”.

Memória e História se cruzam nas reflexões proporcionadas pelo artigo “O lugar da Amazônia nos livros didáticos de História no Brasil: sobre História, narrativa e ensino”, de Erinaldo Cavalcanti, do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa, Brasil). O autor analisa os conteúdos dos livros didáticos do ensino fundamental, constatando que

as representações da Amazônia são alienantes e reproduzem imagens e ideias hegemônicas muito distantes da realidade da região.

Este artigo nos dá a dimensão da distorção oriunda da gênese da concepção da sociedade brasileira sobre a região. O autor enfatiza que a “Amazônia, nas narrativas didáticas, é um “lugar sem gente”, ou com “gente sem história” quando todas as pessoas são narradas de forma generalizadora e representadas em narrativas homogeneizadoras”. Novamente a ausência lacunar da produção dos (das) intelectuais das Amazônias, neste caso, na construção dos conteúdos formativos, volta à reflexão.

Mimesis e grafismos de povos ágrafos, de povos com línguas escritas, mas sem o poder da escrita e História sem o poder de representação das suas comunidades invisíveis perpassam os trabalhos aqui apresentados, no ritmo dos tambores matriarcais das mulheres de Marapanim. Pará, Amapá e Roraima são retratados pelas artes, pelas cosmovisões e pelas lutas sociais que caíram no esquecimento em um tempo sem vozes.

Esperamos que esses conteúdos despertem a curiosidade dos leitores para novas buscas de conhecimentos e diálogos de saberes com os povos das Amazônias. Ao apresentarmos partes dessa realidade e suas especificidades, que ilustram os esforços de suas populações e das organizações de ensino e pesquisa para seu entendimento e enfrentamento de seus desafios, agradecemos às pesquisadoras e pesquisadores que participaram do processo de seleção dos artigos para publicação nesta Revista, o qual foi realizado em plena crise sanitária da Covid-19.

E, ao reverenciarmos os milhares de mortos no Brasil e no mundo, seus familiares e amigos, reiteramos que os povos originários da Amazônia continuam sendo atacados por invasores que, além de aniquilar suas áreas de trabalho e de vida, são portadores da contaminação, com a conivência dos governos que os estigmatizaram e abandonaram. O verdadeiro genocídio, inclusive de caciques tão importantes na coesão política e cultural de seus povos, amplia a irreparável dilapidação do patrimônio brasileiro e mundial de diversas gerações. Patrimônio esse altamente apreciado por suas formas próprias e sustentáveis de vida e interdependência com a natureza, as quais oferecem alternativas para o futuro da região Amazônica e do planeta.

Reafirmamos nossa certeza sobre a importância que possui o debate e a difusão de conhecimentos, como esses apresentados nestes dois Dossiês, para a criação de um futuro mais justo, humano, coeso, inteligente e sustentável. Boa leitura a todas e todos.

COORDENADORES

Raimunda Nonata Monteiro

Professora titular da
Universidade Federal do Oeste
do Pará (UFOPA, Brasil).

monteiro.raimunda@gmail.com

Enaile do Espírito Santo Iadanza

Professora doutora do Núcleo de
Estudos Amazônicos. Centro de Estu-
dos Avançados Multidisciplinares da
Universidade de Brasília (UnB, Brasil).

enaile@unb.br

Helena Maria Martins Lastres

Professora doutora do Instituto de
Economia da Universidade Federal
do Rio de Janeiro (IE, UFRJ, Brasil).
Coordenadora da RedeSist.

hlastres@ie.ufrj.br